

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, *campus* de Franca. Advogado e Membro-consultor da Comissão Especial de Direito Internacional do Conselho Federal da OAB.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

14^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



☛ O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

☛ Fechamento desta edição: 27.04.2021

☛ O Autor e a editora se empenham para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

☛ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

☛ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

☛ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

☛ Capa: Aurélio Corrêa

☛ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional público / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4128-4

1. Direito internacional público. 2. Direito internacional público e direito interno. 3. Relações internacionais. 4. Tratados. 5. Direitos humanos. 6. Direito ambiental. I. Título.

21-70666

CDU: 341.1/.8

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I	A Sociedade Internacional	3
1	O que é o Direito Internacional Público?.....	3
2	Sociedade e comunidade.....	4
3	Ordem jurídica da sociedade internacional.....	8
Seção II	Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público	10
1	Introdução.....	10
2	Origens históricas do Direito Internacional Público.....	10
3	Tendências evolutivas do Direito Internacional.....	15
4	O Direito Internacional Público nos dias atuais.....	18
5	O ensino do Direito Internacional Público.....	19
Seção III	– Conceito, Denominações e Divisões.....	21
1	Conceito.....	21
	a) <i>Critério dos sujeitos intervenientes</i>	23
	b) <i>Critério das matérias reguladas</i>	23
	c) <i>Critério das fontes normativas</i>	23
2	Denominações.....	25
3	Divisões.....	27
4	Aplicação internacional e interna.....	28

Capítulo II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL

1	Propositura do problema.....	31
2	Dualismo	32
3	Críticas à doutrina dualista.....	37
4	Monismo.....	38
	a) <i>Monismo nacionalista</i>	39
	b) <i>Monismo internacionalista</i>	41
	c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	46
5	Doutrinas conciliatórias	48
6	As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitucional comparado	48
	a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	49

XIV CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – Valerio de Oliveira Mazzuoli

b) Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro	51
c) Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno	54

Capítulo III**FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

1 Introdução.....	55
2 Doutrinas.....	56
a) Doutrina voluntarista.....	56
b) Doutrina objetivista.....	58
3 Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	58

Capítulo IV**FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Seção I Fontes Primárias.....	63
1 Introdução	63
2 Fontes materiais e formais.....	64
3 Rol originário das fontes do Direito Internacional Público.....	66
4 Os tratados internacionais.....	68
5 O costume internacional	70
a) Conceito de costume internacional	71
b) Elementos formadores do costume	72
b.1) Elemento material ou objetivo	72
b.2) Elemento psicológico ou subjetivo.....	73
c) Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume.....	75
d) Extensão geográfica do costume.....	75
e) Hierarquia entre costumes e tratados internacionais.....	76
f) Prova do costume.....	77
g) Interpretação do costume	78
h) O problema dos novos Estados	80
i) A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”.....	80
j) Aplicação direta do costume internacional na ordem interna.....	82
6 Os princípios gerais de direito	83
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes.....	87
1 Introdução	87
2 Jurisprudência.....	87
3 Doutrina dos publicistas.....	90
4 Analogia e equidade.....	91
5 Atos unilaterais dos Estados.....	94
a) Atos autonormativos.....	97
b) Atos heteronormativos.....	99
6 Decisões das organizações internacionais.....	99

7	Atos unilaterais transnacionais.....	106
8	Obrigações <i>erga omnes</i> , <i>jus cogens</i> e <i>soft law</i>	107
	a) <i>As obrigações erga omnes</i>	108
	b) <i>O jus cogens internacional</i>	111
	c) <i>O fenômeno da soft law na atualidade</i>	116

Capítulo V

DIREITO DOS TRATADOS

Seção I	O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	121
1	Introdução.....	121
2	Antecedentes históricos.....	122
3	A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	124
4	Desmembrando o conceito de tratado internacional.....	127
	a) <i>Acordo internacional</i>	128
	b) <i>Celebrado por escrito</i>	129
	c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	130
	d) <i>Regido pelo Direito Internacional</i>	133
	e) <i>Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos</i>	134
	f) <i>Ausência de denominação específica</i>	135
5	Terminologia dos tratados.....	135
	a) <i>Tratado</i>	136
	b) <i>Convenção</i>	136
	c) <i>Pacto</i>	137
	d) <i>Acordo</i>	137
	e) <i>Acordo por troca de notas</i>	137
	f) <i>Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo</i>	138
	g) <i>"Gentlemen's agreements"</i>	139
	h) <i>Carta</i>	140
	i) <i>Protocolo</i>	140
	j) <i>Ato ou ata</i>	140
	k) <i>Declaração</i>	140
	l) <i>"Modus vivendi"</i>	141
	m) <i>Arranjo</i>	141
	n) <i>Concordata</i>	141
	o) <i>Reversais ou notas reversais</i>	142
	p) <i>Ajuste ou acordo complementar</i>	142
	q) <i>Convênio</i>	142
	r) <i>Compromisso</i>	142
	s) <i>Estatuto</i>	142
	t) <i>Regulamento</i>	142
	u) <i>Código</i>	143
	v) <i>Constituição</i>	143
	w) <i>Contrato</i>	143

6	Estrutura dos tratados.....	143
	a) O título.....	144
	b) O preâmbulo ou exórdio.....	144
	c) O articulado (ou dispositivo).....	144
	d) O fecho.....	144
	e) A assinatura.....	144
	f) O selo de lacre.....	145
7	Classificação dos tratados.....	145
	a) Quanto ao número de partes.....	145
	b) Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão.....	147
	c) Quanto à possibilidade de adesão.....	150
	d) Quanto à natureza jurídica.....	150
	e) Quanto à execução no tempo.....	154
	f) Quanto à execução no espaço.....	154
	g) Quanto à estrutura da execução.....	155
8	Processo de formação dos tratados.....	155
9	Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados.....	160
	a) As negociações preliminares.....	160
	b) A adoção do texto.....	163
	c) A autenticação.....	165
	d) A assinatura.....	167
	e) A ratificação.....	171
	f) A adesão.....	185
10	Reservas aos tratados multilaterais.....	188
	a) Conceito e formulação das reservas.....	188
	b) Limites às reservas.....	190
	c) Procedimento das reservas.....	192
	d) Distinção entre reservas e outros atos não reservativos.....	193
	e) Aceitação e objeção das reservas.....	194
	f) Efeitos das reservas.....	195
	g) O problema das reservas e das emendas no âmbito interno.....	196
11	Emendas e modificações aos tratados.....	199
12	Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados.....	202
	a) Entrada em vigor dos tratados.....	202
	b) Aplicação provisória dos tratados.....	203
13	Registro e publicidade dos tratados.....	204
14	Observância e aplicação dos tratados.....	206
	a) Observância (ou cumprimento) dos tratados.....	206
	b) Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço).....	211
15	Interpretação dos tratados.....	213
	a) Regra geral de interpretação.....	214
	b) Meios suplementares de interpretação.....	216

c)	<i>Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas.....</i>	217
d)	<i>Sistemas de interpretação.....</i>	218
d.1)	<i>Interpretação internacional.....</i>	219
d.2)	<i>Interpretação interna.....</i>	220
d.3)	<i>Interpretação doutrinária.....</i>	220
e)	<i>A interpretação dos tratados de direitos humanos.....</i>	221
16	<i>Os tratados e os terceiros Estados.....</i>	221
a)	<i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva.....</i>	222
b)	<i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado.....</i>	222
c)	<i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados.....</i>	223
c.1)	<i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados.....</i>	224
c.2)	<i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados.....</i>	225
17	<i>Vícios do consentimento e nulidade dos tratados.....</i>	226
a)	<i>Anulabilidade do consentimento.....</i>	227
b)	<i>Nulidade do consentimento.....</i>	229
c)	<i>Nulidade dos tratados.....</i>	229
18	<i>O jus cogens e o tema da nulidade dos tratados.....</i>	232
a)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior.....</i>	233
b)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior.....</i>	234
c)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena.....</i>	236
d)	<i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens.....</i>	238
19	<i>A inconstitucionalidade dos tratados.....</i>	239
a)	<i>Concepção constitucionalista.....</i>	239
b)	<i>Concepção internacionalista.....</i>	240
c)	<i>Concepção conciliatória.....</i>	241
d)	<i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969.....</i>	242
20	<i>O conflito entre tratados sucessivos.....</i>	247
21	<i>Extinção dos tratados.....</i>	250
a)	<i>Expiração do termo pactuado.....</i>	252
b)	<i>Condição resolutiva.....</i>	252
c)	<i>Execução integral do objeto do tratado.....</i>	253
d)	<i>O tratado posterior.....</i>	254
e)	<i>Violação grave do tratado.....</i>	254
f)	<i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias.....</i>	256
f.1)	<i>Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado.....</i>	256
f.2)	<i>Mudança fundamental das circunstâncias.....</i>	256
g)	<i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares.....</i>	258
h)	<i>O estado de guerra.....</i>	258
i)	<i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes.....</i>	259

22	A denúncia dos tratados.....	259
	a) <i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	260
	b) <i>O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	263
23	Conseqüências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado.....	268
24	A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs).....	269
	a) <i>A redação dos memorandos</i>	271
	b) <i>Inexistência de aprovação parlamentar</i>	271
	c) <i>Falta de registro nas Nações Unidas</i>	272
	d) <i>Confidencialidade</i>	272
	e) <i>Conclusão sobre a sua natureza jurídica</i>	273
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986.....		273
1	Introdução.....	273
2	Histórico e situação atual da Convenção de 1986.....	274
3	Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986.....	275
4	Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados.....	275
5	Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986.....	276
	a) <i>Acordos de sede</i>	276
	b) <i>Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	277
	c) <i>Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	277
	d) <i>Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	277
	e) <i>Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	277
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil.....		278
1	Introdução.....	278
2	A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados.....	280
3	O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados.....	288
4	O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados.....	293
5	Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional.....	298
6	Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados.....	301
7	Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional.....	309
8	Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados.....	310
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno.....		311
1	O caso brasileiro.....	311
2	Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF.....	313
3	Nosso posicionamento frente à posição do STF.....	318
4	O controle jurisdicional da convencionalidade das leis.....	323
	a) <i>A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	324
	b) <i>O controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	329
	b.1) <i>Controle concentrado de convencionalidade</i>	329
	b.2) <i>Controle difuso de convencionalidade</i>	332

Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária	335
1 Propositura do problema.....	335
2 O art. 98 do Código Tributário Nacional	336
3 A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados....	340

Capítulo VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	345
2 Propósito da codificação	345
3 A regra da Carta da ONU.....	346
4 Tentativas de codificação do Direito Internacional Público.....	348
5 Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	349

PARTE II

PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

Capítulo I

OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Introdução	353
2 Classificação dos sujeitos.....	355
3 Os Estados	355
4 Coletividades interestatais.....	356
5 Coletividades não estatais	357
a) <i>Beligerantes</i>	357
b) <i>Insurgentes</i>	358
c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	358
d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	359
6 A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	360
a) <i>A Santa Sé</i>	360
b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	365
c) <i>A questão das concordatas</i>	367
7 Comitê Internacional da Cruz Vermelha	369
a) <i>Gênese</i>	369
b) <i>Funcionamento</i>	369
c) <i>Natureza jurídica</i>	370
8 Os indivíduos.....	371
a) <i>crimes contra a paz</i>	373
b) <i>crimes de guerra</i>	373
c) <i>crimes contra a humanidade</i>	373
9 Sujeitos não formais do Direito Internacional.....	376
a) <i>Empresas transnacionais</i>	376
b) <i>A mídia global</i>	378
10 Plano dos capítulos seguintes.....	378

Capítulo II

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado	379
1 Introdução.....	379

2	Conceito e elementos constitutivos do Estado.....	380
	a) <i>Comunidade de indivíduos</i>	381
	b) <i>Território fixo e determinado</i>	383
	c) <i>Governo autônomo e independente</i>	386
	d) <i>Finalidade</i>	388
3	Formação do Estado.....	388
	a) <i>Fundação direta</i>	389
	b) <i>Emancipação</i>	389
	c) <i>Separação ou desmembramento</i>	390
	d) <i>Fusão</i>	391
4	Reconhecimento de Estado e de governo.....	391
	a) <i>Individual ou coletivo</i>	397
	b) <i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	397
	c) <i>Expresso ou tácito</i>	398
	d) <i>Incondicionado ou condicionado</i>	398
	e) <i>Reconhecimentos especiais</i>	399
	e.1) <i>Reconhecimento de beligerância</i>	399
	e.2) <i>Reconhecimento de insurgência</i>	400
	e.3) <i>Reconhecimento como Nação</i>	401
	e.4) <i>Reconhecimento de governo</i>	401
	e.4.1) <i>Doutrina Tobar</i>	404
	e.4.2) <i>Doutrina Estrada</i>	404
5	Classificação dos Estados.....	405
	5.1) <i>Estados simples ou unitários</i>	406
	5.2) <i>Estados compostos</i>	406
	5.2.1) <i>Estados compostos por coordenação</i>	407
	a) <i>União Pessoal</i>	407
	b) <i>União Real</i>	408
	c) <i>União Incorporada</i>	409
	d) <i>Confederação de Estados</i>	409
	e) <i>Estado Federal</i>	410
	f) <i>Associações “sui generis”</i>	413
	5.2.2) <i>Estados compostos por subordinação</i>	414
	a) <i>Estados vassalos</i>	414
	b) <i>Estados protegidos ou protetorados</i>	415
	c) <i>Estados clientes</i>	416
	d) <i>Territórios não autônomos</i>	417
	e) <i>Territórios sob tutela</i>	418
	f) <i>Estados permanentemente neutros</i>	420
6	Extinção dos Estados.....	420
	a) <i>Anexação total</i>	421
	b) <i>Anexação parcial</i>	421
	c) <i>Fusão</i>	422

d) <i>Divisão ou desmembramento</i>	422
7 Sucessão de Estados	422
a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	424
b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	425
c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	426
d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	427
e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	427
f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	428
8 Sucessão de organizações internacionais	428
Seção II – Domínio Terrestre do Estado	429
1 Introdução	429
2 Conceito e natureza	430
3 Fronteiras e limites	431
4 Modos de aquisição de território	435
a) <i>Ocupação</i>	435
b) <i>Acessão</i>	437
c) <i>Cessão</i>	438
d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	439
e) <i>Conquista e anexação</i>	441
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados	442
1 Introdução	442
2 Direitos básicos dos Estados	443
a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	444
b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	445
c) <i>Direito à igualdade</i>	449
d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	451
3 Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	452
a) <i>Capitulações</i>	452
b) <i>Garantias internacionais</i>	453
c) <i>Servidões internacionais</i>	453
d) <i>Concessões</i>	454
e) <i>Arrendamento de território</i>	454
f) <i>Condomínio</i>	455
g) <i>Neutralidade permanente</i>	457
h) <i>Neutralização de territórios</i>	457
4 Deveres dos Estados	458
a) <i>Deveres morais</i>	458
b) <i>Deveres jurídicos</i>	459
5 O dever de não intervenção	459
6 A doutrina Monroe	461
7 A doutrina Drago	462
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal.....	464
1 Introdução	464

XXII CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – Valerio de Oliveira Mazzuoli

2	Diplomacia e serviço consular	465
3	Prerrogativas e imunidades diplomáticas.....	466
	a) <i>Prerrogativas e imunidades da missão</i>	466
	b) <i>Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos</i>	467
	b.1) <i>Inviolabilidade pessoal e domiciliar</i>	468
	b.2) <i>Imunidade jurisdicional</i>	468
	b.3) <i>Isenção fiscal</i>	470
4	Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	472
5	Privilégios e imunidades consulares	476
6	Imunidade de jurisdição do Estado	478
7	O abuso da imunidade diplomática	487
8	Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista	488
9	Imunidade de execução	493
	a) <i>Dos agentes do Estado</i>	494
	b) <i>Dos organismos internacionais</i>	494
	c) <i>Do próprio Estado</i>	495
	Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados	496
1	Introdução	496
2	Projeto de convenção internacional da ONU	497
3	Conceito de responsabilidade internacional.....	498
4	Características da responsabilidade internacional	500
5	Proteção diplomática	501
6	Elementos constitutivos da responsabilidade	504
	a) <i>O ato internacionalmente ilícito</i>	504
	b) <i>A imputabilidade ou nexa causal</i>	504
	c) <i>O prejuízo ou dano</i>	505
7	Formas de responsabilidade internacional	506
8	Natureza jurídica da responsabilidade internacional.....	507
9	Órgãos internos e responsabilidade internacional	508
	a) <i>Atos do Executivo</i>	509
	b) <i>Atos do Legislativo</i>	511
	c) <i>Atos do Judiciário</i>	513
	d) <i>Atos dos indivíduos</i>	514
10	Prévio esgotamento dos recursos internos.....	515
11	Apresentação de reclamações	517
12	Excludentes da responsabilidade.....	518
	a) <i>Consentimento do Estado</i>	518
	b) <i>Legítima defesa</i>	519
	c) <i>Contramedidas</i>	519
	d) <i>Força maior</i>	520
	e) <i>Perigo extremo</i>	520
	f) <i>Estado de necessidade</i>	520
	g) <i>Renúncia do indivíduo lesado</i>	521

13 Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional	522
Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais	523
1 Introdução	523
2 Chefes de Estado.....	523
a) <i>Privilégios pessoais</i>	525
b) <i>Imunidade em matéria penal</i>	525
c) <i>Imunidade em matéria civil</i>	525
d) <i>Imunidade de polícia e tributos</i>	526
3 Ministro das Relações Exteriores	526
4 Agentes diplomáticos	527
5 Os cônsules e funcionários consulares	531
6 Delegações junto às organizações internacionais.....	534

Capítulo III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais	537
1 Introdução	537
2 Definição	539
3 Características	541
4 Classificação	543
5 Personalidade jurídica internacional	545
6 Processo decisório	547
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	548
b) <i>Sistema da dissidência</i>	548
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	548
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	548
7 Diferenças de fundo	548
8 Sede da organização	549
9 Admissão de novos membros	549
10 Representação dos Estados-membros	551
11 Sanções aos Estados-membros	552
12 Retirada voluntária dos Estados-membros	554
13 Ordem jurídica das organizações internacionais	555
14 A questão das imunidades.....	556
15 O pessoal paradiplomático	558
Seção II – A Organização das Nações Unidas	559
1 Origem histórica	559
2 Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	560
3 Membros das Nações Unidas	561
4 Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	562
5 Os órgãos das Nações Unidas	563
a) <i>Assembleia-Geral</i>	563
b) <i>Conselho de Segurança</i>	564
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	567
d) <i>Conselho Econômico e Social</i>	568

e) Conselho de Tutela.....	569
f) Secretariado.....	570
6 Organismos especializados	571
a) Organismos internacionais de cooperação econômica	572
a.1) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).....	572
a.2) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	572
a.3) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).....	573
a.4) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).....	573
a.5) Organização Mundial do Comércio (OMC)	573
b) Organismos internacionais de cooperação social.....	574
b.1) Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	574
b.2) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).....	575
b.3) Organização Mundial de Saúde (OMS)	575
c) Organismos internacionais de cooperação em comunicações.....	575
c.1) União Internacional de Telecomunicações (UIT).....	575
c.2) Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)	576
c.3) União Postal Universal (UPU).....	576
c.4) Organização Marítima Internacional (OMI).....	576
d) Organismos internacionais de finalidade específica.....	577
d.1) Organização Meteorológica Mundial (OMM).....	577
d.2) Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	577
d.3) Organização Mundial do Turismo (OMT)	578
d.4) Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)	578
7 Revisão da Carta da ONU	579
Seção III Organizações Regionais e Supranacionais	579
1 Organizações regionais.....	579
2 Organizações supranacionais.....	580
3 A União Europeia.....	582
4 Mercado Comum do Sul (Mercosul)	584
a) Conselho do Mercado Comum (CMC).....	586
b) Grupo Mercado Comum (GMC).....	586
c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM).....	587
d) Parlamento do Mercosul (Parlasul)	587
e) Foro Consultivo Econômico-Social (FCES).....	588
f) Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).....	588
5 União das Nações Sul-Americanas (Unasul).....	590
Seção IV – Organização dos Estados Americanos.....	593
1 Introdução.....	593
2 Estrutura da Carta da OEA.....	594
3 Natureza, propósitos e princípios.....	595
4 Membros da OEA.....	596
5 Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA.....	597

6	Solução pacífica de controvérsias.....	598
7	Órgãos da OEA.....	598
	a) <i>Assembleia-Geral</i>	598
	b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	599
	c) <i>Os Conselhos</i>	600
	d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	601
	e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	602
	f) <i>Secretaria-Geral</i>	602
8	Conferências especializadas.....	604
9	Organismos especializados.....	604

Capítulo IV

OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo.....	605
1 Jurisdição do Estado.....	605
2 Conceito de nacionalidade.....	605
3 Nacionalidade e cidadania.....	609
4 Nacionalidade originária e adquirida.....	612
5 A nacionalidade de origem.....	619
a) <i>Jus sanguinis</i>	620
b) <i>Jus soli</i>	620
c) <i>Sistema misto</i>	620
6 Aquisição da nacionalidade.....	621
a) <i>Aquisição pelo casamento</i>	621
b) <i>Aquisição pela naturalização</i>	622
7 A nacionalidade brasileira.....	625
a) <i>Brasileiros natos</i>	625
b) <i>Brasileiros naturalizados</i>	635
8 Perda da nacionalidade brasileira.....	639
a) <i>Causas de perda da nacionalidade brasileira</i>	639
b) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro nato</i>	640
c) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado</i>	643
9 Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	645
10 Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses.....	648
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro.....	650
1 Conceito de estrangeiro.....	650
2 Admissão do estrangeiro no território nacional.....	652
3 Títulos de ingresso dos estrangeiros.....	653
4 Direitos dos estrangeiros.....	657
5 Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal.....	660
a) <i>Repatriação</i>	660
b) <i>Deportação</i>	661
c) <i>Expulsão</i>	663
6 Extradição.....	669

a)	<i>Conceito e entendimento</i>	669
b)	<i>Fontes do direito extradicional</i>	671
c)	<i>Natureza jurídica</i>	672
d)	<i>Condições gerais para a concessão</i>	673
e)	<i>Modalidades de extradição</i>	673
f)	<i>Extradição sem tratado</i>	674
g)	<i>Procedimento extradicional no Brasil</i>	677
h)	<i>Extradição monocrática</i>	683
i)	<i>Entrega do extraditando ao Estado requerente</i>	684
j)	<i>Casos de vedação da extradição</i>	685
k)	<i>O problema da prisão perpétua e da pena de morte</i>	688
l)	<i>Transferência de execução da pena</i>	690
7	Asilo territorial e asilo diplomático	690
a)	<i>Asilo territorial</i>	691
b)	<i>Asilo diplomático</i>	694
8	Refúgio	698
a)	<i>Regulamentação internacional</i>	700
b)	<i>Regulamentação interna</i>	702

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

Capítulo I ZONAS POLARES

1	Introdução	709
2	O Polo Norte	710
3	A Antártica	712

Capítulo II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua	715	
1	Introdução	715
2	Águas interiores	717
3	Mar territorial	720
a)	<i>Conceito</i>	721
b)	<i>Passagem inocente</i>	722
c)	<i>Delimitação</i>	723
4	Zona contígua	724
5	Estreitos	725
6	Canais internacionais	727
7	Estados Arquipélagos	728
8	Situação jurídica dos navios	728
a)	<i>Embarcações públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	730
b)	<i>Embarcações privadas brasileiras (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais)</i>	730

c) <i>Embarcações públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	730
d) <i>Embarcações privadas estrangeiras</i>	731
Seção II – Zona Econômica Exclusiva.....	731
1 Entendimento	731
2 Regulamentação internacional e interna.....	732
3 Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro.....	732
4 Direitos de terceiros Estados.....	733
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos	734
1 Plataforma continental	734
2 Fundos marinhos.....	736
Seção IV – Rios Internacionais.....	737
1 Conceito.....	737
2 Exercício da jurisdição estatal.....	739
3 Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata.....	740
4 Outros regimes internacionais.....	740
Seção V – O alto-mar.....	741
1 Importância da matéria	741
2 Conceito de alto-mar	741
3 O regime jurídico do alto-mar.....	742
a) <i>Liberdade de navegação e sobrevoo</i>	742
b) <i>Liberdade de pesca</i>	743
c) <i>Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	743
d) <i>Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	743
4 Limites à liberdade do alto-mar	743
5 Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral.....	744
6 Deveres dos Estados no alto-mar.....	745

Capítulo III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo.....	749
1 Introdução.....	749
2 Normativa internacional	749
3 Princípios elementares.....	750
4 As cinco liberdades do ar	751
5 Situação jurídica das aeronaves	752
a) <i>Aeronaves públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	753
b) <i>Aeronaves privadas brasileiras (ou estatais que se destinam à atividade privada)</i>	753
c) <i>Aeronaves públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	754
d) <i>Aeronaves privadas estrangeiras</i>	754
6 Segurança no ar	754
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico.....	754
1 Origens da regulamentação internacional.....	754

2	Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico.....	755
3	Normativa internacional	755

PARTE IV

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I	O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	759
1	Generalidades	759
2	Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos.....	760
	a) <i>Direitos do homem</i>	760
	b) <i>Direitos fundamentais</i>	761
	c) <i>Direitos humanos</i>	761
3	Características dos direitos humanos	763
	a) <i>Historicidade</i>	763
	b) <i>Universalidade</i>	763
	c) <i>Essencialidade</i>	763
	d) <i>Irrenunciabilidade</i>	764
	e) <i>Inalienabilidade</i>	764
	f) <i>Inexauribilidade</i>	764
	g) <i>Imprescritibilidade</i>	764
	h) <i>Vedação do retrocesso</i>	764
4	A questão das “gerações” (ou dimensões) de direitos.....	765
5	Críticas ao sistema geracional de direitos	766
6	Gênese do direito internacional dos direitos humanos.....	767
7	O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	770
8	Tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	773
	a) <i>As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	779
	b) <i>Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	783
	c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/2004</i>	788
	d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/2004)</i>	798
	e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	800
9	Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas	801
Seção II	– O Direito da Carta da ONU	804
1	A regra das Nações Unidas.....	804
2	Ausência de definição da expressão “direitos humanos”	806
3	Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	807

Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos	807
1 Introdução.....	807
2 Estrutura da Declaração Universal.....	809
3 Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948.....	811
4 Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	813
5 Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948.....	816
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966	817
1 A criação dos mecanismos de proteção.....	817
2 Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	819
3 Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Civis e Políticos.....	822
4 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	824
5 Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	828
6 Plano das seções seguintes.....	829
Seção V – Sistema Regional Interamericano	829
1 Introdução.....	829
2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	830
3 Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	834
4 Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	839
5 Processamento do Estado perante a Corte.....	842
6 Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH.....	846
7 O problema da execução das sentenças da CIDH no Brasil.....	848
8 Eficácia da sentença para terceiros Estados.....	852
Seção VI – Sistema Regional Europeu	854
1 Introdução.....	854
2 A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	856
3 A Corte Europeia de Direitos Humanos.....	861
4 Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu.....	870
5 Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos.....	873
6 Conclusão.....	875
Seção VII – Sistema Regional Africano	875
1 Introdução.....	875
2 A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	876
3 A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	881
4 A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	883
5 Conclusão.....	886
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe	886
1 Introdução.....	886
2 Desenvolvimento.....	887
3 Instrumentos.....	888
4 Órgãos de proteção.....	888
5 Conclusão.....	888

Seção IX – Direitos Humanos na Ásia.....	889
1 Introdução	889
2 Declaração de Direitos Humanos da ASEAN.....	889
3 Inefetividade da proteção	890
Seção X – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....	890
1 Introdução	890
2 Precedentes históricos da criação do TPI.....	891
3 Criação e características do TPI	897
4 Estrutura e funcionamento do TPI	900
5 Competência material do TPI.....	904
a) <i>Crime de genocídio</i>	905
b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	906
c) <i>Crimes de guerra</i>	907
d) <i>Crime de agressão</i>	909
6 A regra da responsabilidade penal individual	911
7 As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	914
a) <i>A entrega de nacionais ao TPI</i>	914
b) <i>A pena de prisão perpétua</i>	917
c) <i>A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função</i>	919
d) <i>A questão da reserva legal</i>	919
e) <i>A questão do respeito à coisa julgada</i>	920
8 Conclusão	921

Capítulo II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente.....	923
1 Introdução	923
2 Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente	925
3 Instrumentos internacionais de proteção.....	929
4 Recurso às regras do Direito Internacional clássico	930
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	931
1 Introdução	931
2 Rol das fontes formais	932
a) <i>Tratados internacionais</i>	932
b) <i>Costume internacional</i>	934
c) <i>Princípios gerais de direito</i>	934
d) <i>Doutrina e jurisprudência internacionais</i>	935
e) <i>Decisões e resoluções das organizações internacionais</i>	935
3 Reavaliação das fontes.....	935
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos	936
1 O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	936
2 A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	940
3 A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano	941

4	A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos	942
	a) <i>Sistema regional interamericano</i>	942
	b) <i>Sistema regional europeu</i>	944
5	Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos internacionais.....	946
6	Conclusão	947

PARTE V
DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Capítulo I
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho	951
1 Introdução	951
2 Fundamentos	953
3 Objetivos	954
4 A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	955
5 Padrões trabalhistas mínimos e <i>dumping</i> social	955
a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	956
b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	958
c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	959
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT)	959
1 Introdução	959
2 Finalidades	961
3 Competência	962
4 Natureza jurídica	963
5 Membros	963
6 Estrutura orgânica	965

Capítulo II
CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT	969
1 Considerações gerais	969
2 Conceito de convenção	970
3 Natureza jurídica	971
4 Método negocial	972
5 Vigência internacional	972
6 Integração ao Direito brasileiro	973
7 Incorporação material e formal	977
8 Primazia da norma mais favorável	979
9 Interpretação das convenções	981

Seção II – As Recomendações da OIT.....	981
1 Conceito de recomendação.....	981
2 Natureza jurídica.....	983
3 Integração ao Direito brasileiro.....	983

PARTE VI
CONFLITOS INTERNACIONAIS

Capítulo I

SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias.....	987
1 Introdução.....	987
2 Conceito de controvérsias internacionais.....	987
3 Finalidade da matéria.....	988
4 Regra das Nações Unidas.....	989
5 Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.....	990
6 Hierarquia dos meios de solução de controvérsias.....	991
Seção II – Meios Diplomáticos.....	992
1 Características da solução diplomática.....	992
2 Negociação direta.....	992
3 Bons ofícios.....	993
4 Sistema de consultas.....	994
5 Mediação.....	994
6 Conciliação.....	995
7 Inquérito.....	996
Seção III – Meios Políticos.....	997
1 Entendimento.....	997
2 Mecanismos de controle.....	997
3 A regra da não ingerência em assuntos internos.....	998
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem).....	1002
1 Diferenças conceituais.....	1002
2 A arbitragem internacional.....	1003
3 Os árbitros.....	1004
4 Cláusula arbitral.....	1005
5 O processo arbitral.....	1005
6 Laudo arbitral.....	1006
7 Formas de arbitragem.....	1007
Seção V – Meios Judiciais.....	1007
1 Introdução.....	1007
2 A Corte Internacional de Justiça.....	1009
a) Regras sobre os juizes.....	1010
b) Competência contenciosa e consultiva.....	1010

c) <i>Competência em razão da matéria</i>	1013
d) <i>Aceite à jurisdição contenciosa</i>	1013
e) <i>Sentença da Corte</i>	1014
f) <i>Idiomas oficiais</i>	1015
3 Tribunais regionais e especializados.....	1015
4 Consentimento estatal.....	1016
Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos	1017
1 Finalidade dos meios coercitivos.....	1017
2 Retorsão.....	1017
3 Represálias.....	1019
4 Embargo.....	1019
5 Boicotagem.....	1020
6 Bloqueio pacífico.....	1021
7 Rompimento das relações diplomáticas.....	1021
8 Sanções coletivas internacionais.....	1021
 Capítulo II GUERRA E NEUTRALIDADE 	
Seção I – A Guerra	1023
1 Introdução.....	1023
2 Guerra e tecnologia.....	1023
3 Brevíssima gênese da guerra.....	1024
4 Definição de guerra.....	1025
5 Proibição jurídica da guerra.....	1025
6 As leis da guerra.....	1028
7 A declaração de guerra.....	1028
8 Efeitos da declaração de guerra.....	1030
9 As hostilidades.....	1030
10 Término da guerra.....	1031
11 A legítima defesa.....	1032
12 Crimes de guerra.....	1036
13 O terrorismo em Direito Internacional.....	1036
Seção II – A Neutralidade	1041
1 Conceito de neutralidade.....	1041
2 Críticas ao sistema da neutralidade.....	1042
3 Neutralidade e neutralização.....	1042
4 Formas de manifestação.....	1043
5 Neutralidade nas organizações internacionais.....	1043
6 O futuro do sistema de neutralidade.....	1044

PARTE VII
FUTURO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I
SURPRESAS E INCERTEZAS

1.	Ainda o interestatismo.....	1047
2.	Globalização das crises.....	1048
3.	Vontade e razão.....	1049
4.	Reconfiguração da ordem internacional	1051

Capítulo II
NOVA ORDEM INTERNACIONAL

1.	Qual nova ordem?.....	1055
2.	Cessão de soberania.....	1056
3.	Cooperação multilateral.....	1058
4.	Solidariedade internacional.....	1059
5.	Conclusão.....	1060

	Referências Bibliográficas	1063
	Obras do Autor	1133